

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma das iniciativas:	Apreciação Parlamentar
Número da iniciativa/LEG/sessão:	9/XV/2.^a
Proponente/s:	Doze Deputados do Grupo Parlamentar do Chega (CH)
Assuntos:	Do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro - “ Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria ” (Publicado no Diário da República n.º 5/2024, Série I, de 8 de janeiro de 2024)”
Data de entrada:	10 de janeiro de 2024

Conclusão: A apresentação deste requerimento **cumpre** os requisitos formais de admissibilidade, previstos no n.º 1 do artigo 169.º da Constituição* e no artigo 189.º Regimento da Assembleia da República.

* «Os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da Assembleia da República, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração, a requerimento de dez Deputados, **nos trinta dias subsequentes à publicação**, descontados os períodos de suspensão do funcionamento da Assembleia da República.»

Data: 10 de janeiro de 2024

A assessora parlamentar,

Isabel Pereira